



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Termo de Cessão nº 02/2021

TERMO DE CESSÃO DE USO TRE-PI Nº 02/2021**TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL, A TÍTULO ONEROSO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, situado na Praça Des. Edgar Nogueira, s/n, Cabral, em Teresina – PI, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 05.957.363/0001-33, neste ato representado pelo seu Presidente, Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA, adiante denominada CEDENTE, e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 759, de 12.08.69, regida atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05.06.2008, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília-DF, no SBS, Quadra 04, Lotes 3 e 4, doravante designada CAIXA, neste ato representada pelo Sr. Antônio José de Almeida, Gerente do Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal do TRE-PI, adiante denominada simplesmente **CESSIONÁRIA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL, A TÍTULO ONEROSO**, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 9.636/98 e do Processo SEI n.º 0022794-66.2020.6.18.8000, bem como mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Cessão a área de 119,43 (cento dezenove vírgula quarenta e três) do imóvel localizado na Praça Des. Edgar Nogueira, s/n, Teresina-PI, de propriedade da UNIÃO FEDERAL, registrado no 4º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Teresina-PI sob o nº R-1-18.825;

1.2. A área cedida destinar-se, exclusivamente, à instalação do PAB TRE TERESINA/PI da CESSIONÁRIA, destinado ao atendimento das necessidades de serviços bancários do CEDENTE e de seus servidores ativos e inativos, pensionistas e/ou seus dependentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente empréstimo em cessão, a título oneroso, terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da publicação desse instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. **Constituem obrigações do CEDENTE:**

- 3.1.1. Emprestar a área do imóvel em epígrafe em cessão, de forma a servir ao uso a que se destina e a garantir-lhe durante o tempo do termo o seu uso pacífico;
- 3.1.2. Facultar à CESSIONÁRIA efetivar, sob seu custeio, as modificações e benfeitorias que julgar necessárias ao aproveitamento da área cedida, desde que não afetem a sua segurança e sejam atendidos os regulamentos e posturas municipais, convenção de condomínio e regimento interno aplicáveis, podendo retirá-las, sem qualquer indenização ao CEDENTE;
- 3.1.3. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores ao empréstimo;
- 3.1.4. Fornecer à CESSIONÁRIA, caso esta solicite, descrição minuciosa do estado da área emprestada no imóvel, quando da sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- 3.1.5. A CESSIONÁRIA elaborará vistoria no imóvel constando fotos que caracterizem as condições em que o está recebendo;
 - 3.1.5.1. O Laudo de Vistoria será rubricado pelo CEDENTE, configurando sua concordância, valendo este como base para a negociação das adequações necessárias quando da entrega do imóvel;
- 3.1.6. Facultar à CESSIONÁRIA ou seus prepostos, o livre acesso à área objeto do presente Termo, nos períodos de funcionamento, assim como quando necessário e com antecedência acordada, nos períodos fora do horário de funcionamento do estabelecimento.

3.2. Constituem obrigações da CESSIONÁRIA:

- 3.2.1. Utilizar o espaço do imóvel única e exclusivamente para a finalidade deste Termo;
- 3.2.2. Observar às normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da concessão de uso e com a utilização do imóvel;
- 3.2.3. Manter o espaço emprestado em cessão em perfeito estado de conservação e asseio;
- 3.2.4. Responder, durante a vigência do empréstimo em cessão, pelo pagamento das despesas relativas à manutenção da infra-estrutura do imóvel, tais como impostos e taxas, tarifas de utilização da água e energia elétrica, bem como outras cobradas pelos órgãos públicos e cessionárias de serviços, e, ainda, as despesas com vigilância e de caráter condominial, efetivamente ocorridas na vigência do termo;
- 3.2.5. Restituir a área emprestada, ao final da vigência do Termo, em idênticas condições às do recebimento, ficando obrigada a restabelecer o seu estado original, na hipótese de haver promovido benfeitorias que lhe tenham alterado as características com base no Laudo de Vistoria vistado e rubricado pelas partes no momento do recebimento do imóvel, excetuando-se acordos de realização de reforma/benfeitoria;
- 3.2.6. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para definição do seu nome como beneficiária da indicada concessão de uso do bem;
- 3.2.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;
- 3.2.8. Atender, sob suas exclusivas expensas, a manutenção geral do espaço físico locado, como: pagamento da ENERGIA ELÉTRICA (ligação própria), trocas de lâmpadas internas e externas, vidros quebrados, fechaduras, reparos em geral dos bens móveis e imóveis da CEDENTE, colocados à sua disposição;
- 3.2.9. A despesa com o consumo de ÁGUA será incluída na contraprestação do valor da cessão do imóvel, conforme CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPRESTAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPRESTAÇÃO E DO REAJUSTE

- 4.1. O pagamento dos valores da contraprestação pecuniária pela concessão de uso da área objeto da presente cessão terá o **valor mensal de R\$ 2.676,92 (dois mil seiscentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos)**, perfazendo a quantia anual de **R\$ R\$ 32.123,04 (trinta e dois mil cento e vinte e três**

reais e quatro centavos), que devem ser repassados, via GRU, à União.

4.2. Será admitido o reajuste do valor da cessão do imóvel, por meio de apostilamento, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA – TOLERÂNCIAS E OU CONCESSÕES

5.1. Quaisquer tolerâncias e ou concessões das partes não poderão ser invocadas com o fim de alterar as obrigações estipuladas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. O presente Termo será rescindido de pleno direito na eventualidade de inobservância de suas cláusulas e condições por qualquer das partes, sem prejuízo das perdas e danos que eventualmente forem devidas:

6.1.1. Vier a ser dado à área cedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Termo;

6.1.2. Houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da concessão;

6.1.3. Ocorrer renúncia à concessão ou se a(o) CESSIONÁRIA (A) deixar de exercer suas atividades específicas ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

6.1.4. Houver, em qualquer época, necessidade de a CEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este termo;

6.2. Faculta-se a qualquer das partes rescindir o ajuste do Termo, mediante pré-aviso dessa intenção, no prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sem incidência de multa ou infração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

7.1. Este instrumento é celebrado com base no art. 18, §5º da Lei nº 9.636/98 c/c os arts. 25 e 57, II, da Lei nº 8.666/93 e entendimento do TCU (Acórdão nº 1154/2011, da 2ª Câmara); e ainda nos termos do Processo SEI nº 0022794-66.2020.6.18.8000.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização desse contrato fica sob a responsabilidade do Titular da Seção de Administração Predial e Transportes e deverá ser executado levando-se em consideração os dispositivos da Resolução TRE nº 146/2008.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. Será providenciada, pela CEDENTE, a publicação, resumida, deste instrumento de contrato, no Diário Oficial da União, no prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A CESSIONÁRIA declara que recebe a área emprestada em cessão em perfeito estado de conservação e funcionamento, comprometendo-se a devolvê-la em idênticas condições, finda a Cessão, conforme consta no Laudo de Vistoria do imóvel, subscrito pelas partes, o qual integra o presente Termo.

10.2. O CEDENTE reconhece que as instalações feitas pela CESSIONÁRIA serão retiradas na sua rescisão, assim como as benfeitorias voluptuárias.

10.3. A CESSIONÁRIA fica autorizada a afixar na área objeto dessa Cessão, anúncios, placas e siglas, desde que observadas as legislações de postura municipal, estadual e federal a respeito.

10.4. Integram o presente Termo de Cessão de Uso os seguintes anexos:- Anexo I, Planta Baixa da Área destinada ao PAB – CEF;- Anexo II, Laudo de Vistoria inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. Em razão do presente termo as partes poderão compartilhar entre si dados dos representantes legais e contatos de funcionários uma da outra, obrigando-se a cumprir com as determinações abaixo:

a) devem cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/18 (doravante denominada “LGPD”), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação**, se comprometendo a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

b) devem adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que tiver acesso em razão deste acordo, exigindo que todos os seus funcionários também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da (“LGPD”).

c) cada parte será responsável pelos prejuízos que ocasionar a outra Parte ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do seu descumprimento da (“LGPD”).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Piauí, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Termo.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente termo assinados pelas partes no Sistema Eletrônico de Informações do TRE-PI.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Des. José James Gomes Pereira
Presidente

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Antônio José de Almeida
Gerente do Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal do TRE-PI



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Jose de Almeida, Usuário Externo**, em 03/12/2021, às 14:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José James Gomes Pereira, Presidente**, em 06/12/2021, às 11:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1395069** e o código CRC **D5676840**.